

Collor aprova contraproposta

JORNAL DO BRASIL

aos bancos credores

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor aprovou ontem, durante reunião no Palácio do Planalto, os termos da contraproposta que será apresentada aos bancos credores privados na próxima segunda-feira, em Nova Iorque. Ao voltar ao Ministério da Economia, depois do encontro com o presidente, a ministra Zélia Cardoso de Mello não quis fornecer detalhes, mas reafirmou a disposição do governo de manter o diálogo com os credores. “Estamos comprometidos com o sucesso da negociação”, comentou, acrescentando que o presidente fez uma “ampla avaliação” de toda a estratégia de negociação. Segundo Zélia, estão mantidos os principais parâmetros da proposta brasileira: os desembolsos são condicionados à capacidade de pagamento do país e não se admitem prejuízos ao combate à inflação e ao crescimento econômico.

Da reunião com Collor também participaram os principais negociadores da dívida externa: o embaixador Jório Dauster, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. À saída, Dauster explicou que não houve qualquer recuo do governo em relação à proposta original de negociação da dívida levada aos banqueiros internacionais em Nova Iorque, argumentando que a disposição para o pagamento dos juros atrasados - cerca de US\$ 8,5 bilhões - não significa uma mudança de posição. “A possibilidade de fazer pagamento de juros sempre existiu”, disse. Ele preferiu não informar, no entanto, se o país irá realmente pagar parte dos juros atrasados aos bancos estrangeiros e em que momento da negociação isso pode acontecer.

Flexível — “A declaração do presidente teve o objetivo de afastar a idéia de que o Brasil não estava negociando para valer. Essa é uma falsa impressão”, disse Dauster, ao ser indagado sobre a entrevista concedida pelo presidente, na terça-feira, em Tóquio, quando Collor manifestou uma posição flexível do governo brasileiro em relação à comunidade financeira internacional, inclusive para o pagamento de juros aos credores. Jório insistiu na explicação de que a equipe de negociadores brasileiros nunca fixou um limite para o pagamento dos juros atrasados.

O embaixador também comentou a resistência dos senadores Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e Severo Gomes (PMDB-SP) em retirar do projeto de resolução do Senado, que fixa os parâmetros para a negociação da dívida, o parágrafo que impede pagamentos aos credores antes que o acordo global sobre a dívida externa esteja concluído e aprovado pelo Senado. Ele relatou que, durante jantar com os dois senadores esta semana, sentiu que há, por parte deles, uma grande disposição de apoiar o governo na negociação da dívida e que as divergências existentes são naturais e devem ser superadas. “A disposição do governo continua sendo a de só realizar pagamentos aos credores desde que esse gesto esteja no contexto de uma negociação global”, concluiu.

Eris vai conversar com bancos em Nova Iorque

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, embarcou ontem para Nova Iorque. Eris está apenas iniciando uma nova jornada de convencimento sobre a proposta brasileira de negociação da dívida externa. Depois de conversar com banqueiros em Nova Iorque, Eris irá a Washington para encontrar-se com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mullford, e outras autoridades norte-americanas. Em seguida, ele irá à Itália, Alemanha e, possivelmente, Inglaterra.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, também visitará países europeus e depois seguirá para o Japão. Simultaneamente, na próxima segunda-feira, o principal negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, vai sentar-se à mesa com o Comitê Assessor da dívida externa, em Nova Iorque, para a terceira etapa de negociação com os credores.

Nos países que irá visitar, Kandir terá encontros com autoridades, presidentes de bancos centrais e de outras instituições financeiras, entre elas, o Clube de Paris, que reúne os bancos oficiais de vários países. A missão de Kandir e Eris consiste em esclarecer a todos os banqueiros e autoridades dos países credores sobre os princípios de preservação do crescimento econômico e da política de combate à inflação, que fundamentam a proposta brasileira de negociação da dívida externa.